



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 81 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---- Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, realizou-se, por videoconferência, a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.416	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	9.500	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	15.372	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	18.844	Presidente	Elísio Oliveira Duarte Fernandes
Nelas	13.149	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.066	Presidente	Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira
Penalva do Castelo	8.134	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10.936	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	16.387	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.814	Vice-Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	26.767	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.687	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	94.295	Vereador	João Paulo Lopes Gouveia
Vouzela	9.413	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

---- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

---- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 5/01/2021;-----

---- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/01/2021;-----

---- 3 - Ponto de situação do impacto do surto pandémico COVID-19, no território da CIM Viseu Dão Lafões;-----

---- 4 - Análise, discussão e ratificação da minuta de aviso de abertura de concurso ao Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, de acordo com a Informação de Serviço n.º 62/2021, de 20 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 5 - Análise, discussão e votação do documento “Uma região Mais Competitiva e Coesa - Propostas de Desenvolvimento para o Horizonte 2030”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 76/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração orçamental n.º 3, para o exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 7 -Análise, discussão e votação da proposta de realização de trabalhos adicionais a desenvolver no âmbito da “Empreitada de requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 39/2021, de 13 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 8 - Análise, discussão e ratificação da proposta de aprovação da ficha de ação PC.06 – Requalificação da Rua 1º de Dezembro, apresentada pelo Município de Penalva do Castelo, do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões (PAMUS), de acordo com a Informação de Serviço n.º 72/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 9 -Análise, discussão e votação da proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar, no âmbito do “IV Encontro de Investidores da Diáspora”, entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu, de acordo com a Informação de Serviço n.º 73/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.;-----

---- 10 -Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de Computadores Portáteis no âmbito da capacitação de Técnicos de Fogo Controlado”, Projeto Life Landscape Fire, de acordo com a Informação de Serviço n.º 78/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 11 -Análise, discussão e votação da proposta de Desenvolvimento Específico do Plano de Segurança e Saúde - Empreitada para a aquisição e instalação de sinalética a implementar em Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 77/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 12 -Análise, discussão e votação do relatório final e aprovação da minuta do contrato relativa ao procedimento concursal “Acordo Quadro para locação de stands, tendas, palcos e outro equipamento” (AQ_CPI_04/2020), de acordo com a Informação de Serviço n.º 49/2021, de 15 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 13 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta do contrato relativo ao procedimento concursal “Aquisição de serviços para elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030” (AD_05/2021), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 14 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a produção de Passaportes para a dinamização do projeto “Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões””, de acordo com a Informação de Serviço n.º 70/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

---- 15 - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação do projeto “PISA para Escolas nos Municípios” – Plano de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões” (AD_10/2020), de acordo com a Informação de Serviço n.º 68/2021, de 22 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 16 - Análise, discussão e votação da proposta de 2ª adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de laboratório móvel das ciências (experimentais), programação e robótica” (CPub_05/2019), de acordo com a Informação de Serviço n.º 69/2021, de 22 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

---- 17- Análise, discussão e votação da proposta de nomeação de fiscalização e coordenação de segurança da “Empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 998/2020, de 21 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião. -----

---- Período de Antes da Ordem do Dia. -----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- Continuou a sua intervenção, informando, que tinha estado presente numa reunião com o Senhor Coordenador Regional do Centro para a COVID-19, o Senhor Secretario de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. João Paulo Rebelo, onde, também estiveram presentes os demais presidentes das Comunidades Intermunicipais da Região Centro, sendo que o tema abordado na mesma tinha sido o plano de vacinação. -----

---- A este propósito, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, referiu, que iriam começar a ser vacinadas as pessoas com mais de oitenta anos e pessoas com mais de 50 anos com patologias clínicas devidamente identificadas, bem como cinquenta por cento

dos bombeiros, sendo que os restantes cinquenta por cento deveriam ser vacinados até ao final do mês de março, apesar de não terem precisado o dia em que o processo de vacinação para estes grupos iria começar.-----

---- Concluiu a sua intervenção, relativamente a esta matéria, informando, que tinha sido solicitada a colaboração dos municípios para a criação de centros de vacinação, de preferência um por município, tendo inclusive aconselhado a que cada município promovesse uma reunião com o respetivo Centro de Saúde local para melhor articularem a intervenção. -----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, concluiu a sua intervenção, informando, que tinha sido contactado pelo Chefe de Gabinete do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que o informou que a reunião solicitada pelo Conselho Intermunicipal iria ser agendada dentro de quinze dias, pelo que iria ser, novamente contactado para acertarem o dia e hora da mesma, sendo que esta informação que estava a dar já tinha acontecido à quinze dias atrás, pelo que, se nada lhe fosse dito durante a corrente semana iria voltar a contactar o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando que tinha sido enviado na semana transata um e-mail, aos Senhores Presidentes, com a informação acabada de ser transmitida pelo Senhor Presidente, relativamente ao plano de vacinação, nomeadamente sobre a identificação do espaço em cada um dos municípios. -----

---- Continuou a sua intervenção, alertando, para a urgência na obtenção das deliberações das câmaras e assembleias municipais relativamente à fórmula de rateio da dívida da CIM, para efeitos de endividamento, face à deliberação do Conselho Intermunicipal na contratação de um empréstimo junto do Turismo de Portugal, para a empreitada da Ecopista do Vouga. -----

---- A este propósito o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, referiu que a proposta aprovada faz com que o empréstimo apenas tenha efeitos sobre os municípios abrangidos pela Ecopista do Vouga, contudo a eficácia dessa deliberação apenas se verificará após as deliberações dos Órgãos Municipais de cada um dos catorze municípios.

---- Continuou a sua intervenção, informando, que a Senhora Diretora Regional de Cultura tinha convidado os Senhores Presidentes para uma reunião no próximo dia 9 de fevereiro, onde pretendia apresentar o plano estratégico para a cultura. -----

---- Informou, ainda, que as candidaturas submetidas no âmbito da Programação Cultural em Rede, pela CIM e pelos municípios nas suas diversas geometrias geográficas tinham sido aprovadas pelo Centro 2020. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, informou, ainda, o Conselho Intermunicipal que as candidaturas apresentadas pela CIM no âmbito da Qualificação dos Profissionais da Administração Local e a candidatura apresentada para a elaboração dos Plano de Igualdade em cada um dos catorze municípios tinham sido aprovadas, pelo que a CIM iria começar a trabalhar nas mesmas. -----

---- Continuou a sua intervenção, alertando, mais uma vez, para o atraso de alguns municípios na implementação do projeto SGPav, pelo que solicitava aos Senhores Presidentes que, junto das equipas municipais, estimulassem a conclusão das tarefas que estes tinham a seu cargo, de forma a não colocar em risco o projeto em si ou que se tivessem municípios em velocidades de implementação diferentes. -----

---- Informou, ainda, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que o prazo para conclusão do projeto de modernização administrativa tinha sido prorrogado até junho de 2021, pelo que era importante que os municípios acelerassem a sua implementação, sendo que a CIM iria realizar um ponto de situação, relativamente à execução municipal, no mês de fevereiro, como forma de garantir que se algum município não tiver condições de executar a candidatura a cem por cento se possa reprogramar a mesma e aproveitar o investimento noutra município que já tinha tudo executado e despesa elegível não comparticipada, permitindo, desta forma, que o território não perca verbas. -----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que a CIM estava a fazer um grande esforço para que as Brigadas de Sapadores Florestais fossem, financeiramente, sustentáveis, em função do trabalho desenvolvido em serviço público, para o ICNF, e nos trabalhos desenvolvidos para os municípios. -----

---- Neste sentido, alertou os presentes para a necessidade de os municípios continuarem a solicitar a orçamentação de trabalhos, mas também a sua adjudicação. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, continuou a sua intervenção, alertando, para o facto de se estar a aproximar o final do presente quadro comunitário, pelo que, a exemplo de quadros passados, era importante que os Senhores Presidentes começassem a ter em carteira projetos na área da saúde, educação, cultura ou património natural com alguma maturidade, uma vez que estava convencido que irão ser abertos avisos de abertura de

concurso nestas áreas, para fechar redes, pelo que retirarão vantagem aqueles que melhor preparados estiverem. -----

---- Continuou a sua intervenção, informando, que no âmbito dos transportes o operador Berrelhas tinha assinado contrato com a CIM relativamente ao pagamento do défice de exploração aprovado para os segundo e terceiro trimestres de 2020. -----

---- A este propósito, o Senhor Secretário Executivo informou os presentes que o operador Transdev concordava com o valor da compensação apresentado pela CIM para os referidos segundo e terceiro trimestres de 2020, mas que não concordava com o facto de ter de abdicar de poder peticionar sobre a inatividade, tendo solicitado a alteração de uma cláusula do contrato, pelo que o processo já tinha seguido para mediação da AMT, conjuntamente com o dos operadores Marques e União do Sátão. -----

---- Neste sentido, o Conselho Intermunicipal manifestou, de forma unânime, a sua concordância com o facto de não ser alterada a cláusula que poderia permitir ao operador peticionar a CIM sobre a inatividade. -----

---- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, referindo, que tal como tinha sido vontade dos Senhores Presidentes os contratos de compensações para o quarto trimestre de 2020 e primeiro semestre de 2021 tinham passado para a CIM, sendo que os operadores pretendem, agora, rever os valores que antes tinham firmado com os municípios, pelo que a CIM tinha solicitado informação adicional, uma vez que estes se queixavam da existência de uma variação no número de quilómetros que agora estavam a produzir, numa redução da receita em passes escolares e na bilhética, em relação ao inicialmente estimado. -----

---- Neste sentido, continuou o Senhor Secretário Executivo, estava a ser solicitado que informassem a CIM sobre a razão para tal incremento, sendo que, no final de todas as contas estarem aprovadas as mesmas poderiam ter de ser remetidas para visto do Tribunal de Contas. -----

---- Concluiu a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, ainda, que a CIM tinha enviado aos municípios um e-mail a alertar para o facto de tal como articulado tinha sido implementada a rede referente ao período não escolar, contudo era importante que os municípios avaliassem se a mesma fazia sentido, em face das restrições de circulação e de trabalho existentes, de forma a que o défice de exploração não fosse maior do que o estritamente necessário, uma vez que no final quem paga a conta é o município.

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de

Jesus, que começou a sua intervenção, alertando, os presentes para o facto de o trabalho a desenvolver para os Censos de 2021 poderem vir a ser profundamente penalizadores para os nossos territórios, uma vez que, fruto do impacto da pandemia se estar a apoiar a estratégia em meios digitais, podendo-se, desta forma, desvirtuar a realidade existente no terreno.-----

---- Continuou a sua intervenção, propondo, uma reflexão sobre o facto de se propor ao Governo o adiamento dos mesmos em alguns meses de forma a permitir que o trabalho habitualmente realizado no terreno, com o apoio das Juntas de Freguesia, se pudesse realizar, sem conflitar com esta situação de confinamento que vivemos.-----

---- Concluiu a sua intervenção, propondo, que a CIM tome uma posição conjunta sobre esta matéria e que a mesma seja remetida ao Governo, uma vez que se estes indicadores não representarem a realidade territorial, os nossos municípios serão penalizados em todos os indicadores futuros que se venham a apoiar nesta informação, com os prejuízos daí decorrentes.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, que começou a sua intervenção, afirmando, concordar com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Tondela, sendo que apenas temia que atendendo a que o processo já estava em andamento o Governo não o quisesse adiar por dois ou três meses.

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que deveria sair, hoje, uma tomada de posição do Conselho Intermunicipal sobre esta matéria, nos termos propostos pelo Senhor Presidente da Câmara de Tondela.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que em complemento à sua intervenção afirmou que nada tem contra o facto de se estar a promover a realização dos Censos por via digital, contudo era importante que o Governo percebesse que essa não pode ser a única via para a obtenção da informação uma vez que muitas das populações do nosso território ficarão excluídas, pelo que o Governo com o adiamento por alguns meses da realização dos trabalhos de campos poderá permitir que os trabalhos que habitualmente eram desenvolvidos presencialmente se possam continuar a realizar sem se contrariar as dos distanciamento social e as indicações de recolhimento.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Elísio Oliveira, que afirmou concordar com a proposta do Senhor Presidente da Câmara de Tondela, uma vez que era sua convicção que um trabalho que irá servir para a próxima década deve ser

bem feito, sendo que a adiamento do mesmo por dois ou três meses não terá impacto negativo no resultado final, pelo contrário. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, tendo começado a sua intervenção por afirmar que já tinha realizado a reunião inicial no seu município. -----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, concordar com a proposta apresentada, sendo que não percebia como é que o INE não tinha tomado ele próprio essa iniciativa, nomeadamente se tivesse tido em consideração as populações envelhecidas deste tipo de territórios. -----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que se deveria ter em consideração que o adiamento do trabalho de campo não deveria colidir com o período de campanha autárquica para não se gerarem confusões. -----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, que começou a sua intervenção, manifestando, a sua concordância com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara de Tondela. -----

---- Neste sentido, referiu que julgando interpretar a vontade do Conselho Intermunicipal sobre a matéria em apreço, propôs que a CIM remetesse ao Governo e à ANMP uma proposta para que a recolha de informação relativamente aos censos de 2021 fosse adiada para quando as condições sanitárias permitissem que todos os agentes públicos envolvidos neste processo pudessem colaborar para se garantir a boa realização dos Censos de 2021.

---- Neste sentido foi aprovada, por unanimidade a referida proposta. -----

---- Verificando a inexistência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. -----

---- Período da Ordem do Dia. -----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 5/01/2021 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 5/01/2021. -----

---- Colocada a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a ata. -----

---- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/01/2021 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/01/2021. -----

---- Colocada a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a ata. -----

---- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação do impacto do surto pandémico COVID-19, no território da CIM Viseu Dão Lafões – O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, começou a sua intervenção, referindo, que na sua opinião era desnecessário continuar a insistir para que fosse remetida a informação combinada na reunião realizada com o Coordenador Regional do Centro para o COVID-19, o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo, uma vez que se fosse vontade das entidades da administração de saúde disponibilizar a mesma já o tinham feito. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que começou a sua intervenção, referindo, que está a receber a informação, remetida pela saúde, relativa à Região Centro, que na prática de nada lhe serve para intervir no seu município.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que no seu município os lares continuavam a ser uma fonte de preocupações.-----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que se deveria dar todo o apoio possível para que o processo de vacinação corresse de forma célere e eficiente em cada um dos concelhos. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que começou a sua intervenção, referindo, que o relacionamento institucional com a Delegada de Saúde se estava a deteriorar.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que achava que ela tinha tido um maior controlo da situação durante a primeira vaga, sendo que as soluções que estava agora a propor e as medidas que estava a tomar, para além de tardias não lhe pareciam as mais adequadas, nomeadamente as relativas aos lares. -----

---- Concluiu a sua intervenção, informando, que tinha questionada a Delegada de Saúde sobre se existia alguma necessidade que o município pudesse ajudar a suprir, tendo esta

respondidos que não necessitava de nada, o que, na sua opinião, no mínimo era estranha a resposta. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que começou a sua intervenção, afirmando, perceber a questão suscitada pelo Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, sendo que na sua opinião o problema não se situava ao nível do soldado, o problema residia, na sua opinião, no facto de não ter sido planeada uma resposta eficaz para o aumento de casos que estas pessoas tinham que tratar e se elas tinham conseguido, com maior ou menor dificuldade, responder durante a primeira vaga, na atual vaga isso veio a demonstrar ser completamente impossível.-----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que o diminuto número de pessoas a fazer o rastreamento e a identificar as cadeias de contágio fizeram e fazem com que em muitos casos só após três ou quatro dias de se terem identificado uma pessoa positiva é que se vai procurar perceber os contactos de risco que tinha tido. -----

---- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação da minuta de aviso de abertura de concurso ao Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, de acordo com a Informação de Serviço n.º 62/2021, de 20 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 62/2021 enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço . -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que informou o Conselho Intermunicipal que o aviso já tinha sido publicado, sendo que as áreas de intervenção dos mesmos eram as que constavam do aviso, tendo apenas sido possível integrar o turismo, contudo a Autoridade de Gestão tinha informado que caso a indústria não conseguisse absorver o valor colocado a concurso, poderia ser aberto um novo aviso para outras áreas com o valor remanescente. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, ratificar a minuta de aviso de abertura de concurso ao Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do documento “Uma região Mais Competitiva e Coesa - Propostas de Desenvolvimento para o Horizonte 2030”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 76/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 76/2021 enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que de forma sucinta apresentou o documento, tendo começado por referir que o mesmo espelhava o consensualizado em sede de Conselho Intermunicipal, sendo que o mesmo continha projetos de carácter intermunicipal e que abrangiam diversas áreas de intervenção. -----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que com a aprovação do mesmo, pelo Conselho Intermunicipal, a CIM iria de imediato começar a trabalhar na procura das linhas de financiamento para as referidas ações, quer ao nível do quadro comunitário quer do PRR, procurando fazer, desde já o trabalho de casa necessário para se demonstrar a maturidade dos mesmos. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar o documento “Uma região Mais Competitiva e Coesa - Propostas de Desenvolvimento para o Horizonte 2030. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração orçamental n.º 3, para o exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na proposta de alteração orçamental, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de alteração orçamental n.º 3, para o exercício económico de 2021.---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de realização de trabalhos adicionais a desenvolver no âmbito da “Empreitada

de requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 39/2021, de 13 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 39/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que explicou aos presentes que a presente pretensão surgia no seguimento da reunião realizada entre a CIM, o empreiteiro e os municípios atravessados pela Ecopista do Vouga, uma vez que os trabalhos a realizar ou eram feitos nesta fase ou não era possível fazer os mesmo depois da obra concluída.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de realização de trabalhos adicionais a desenvolver no âmbito da “Empreitada de requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação da proposta de aprovação da ficha de ação PC.06 – Requalificação da Rua 1º de Dezembro, apresentada pelo Município de Penalva do Castelo, do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões (PAMUS), de acordo com a Informação de Serviço n.º 72/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 72/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, ratificar a proposta de aprovação da ficha de ação PC.06 – Requalificação da Rua 1º de Dezembro, apresentada pelo Município de Penalva do Castelo, do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões (PAMUS), incorporando-a no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões (PAMUS), junto das fichas da respetiva prioridade de investimento, bem como a republicação do referido Plano. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar, no âmbito do “IV Encontro de Investidores da Diáspora”, entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu, de acordo com a Informação de Serviço n.º 73/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 73/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar, no âmbito do “IV Encontro de Investidores da Diáspora”, entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu”. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de Computadores Portáteis no âmbito da capacitação de Técnicos de Fogo Controlado”, Projeto Life Landscape Fire, de acordo com a Informação de Serviço n.º 78/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 78/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de Computadores Portáteis no âmbito da capacitação de Técnicos de Fogo Controlado”, Projeto Life Landscape Fire. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Desenvolvimento Específico do Plano de Segurança e Saúde - Empreitada para a aquisição e instalação de sinalética a implementar em Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 77/2021, de 27 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal,

Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 77/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de Desenvolvimento Específico do Plano de Segurança e Saúde - Empreitada para a aquisição e instalação de sinalética a implementar em Viseu Dão Lafões. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do relatório final e aprovação da minuta do contrato relativa ao procedimento concursal “Acordo Quadro para locação de stands, tendas, palcos e outro equipamento” (AQ_CPI_04/2020), de acordo com a Informação de Serviço n.º 49/2021, de 15 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 49/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar o relatório final e aprovação da minuta do contrato relativa ao procedimento concursal “Acordo Quadro para locação de stands, tendas, palcos e outro equipamento” (AQ_CPI_04/2020). -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta do contrato relativo ao procedimento concursal “Aquisição de serviços para elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030” (AD_05/2021), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 80/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal “Aquisição de serviços para elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030” (AD_05/2021), e a proposta de

adjudicação do referido contrato ao concorrente JPQ Consultores Unipessoal, Lda. nos termos da sua proposta, pelo valor de 14.900,00€ (catorze mil e novecentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como, a proposta de minuta de contrato ---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a produção de Passaportes para a dinamização do projeto “Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões””, de acordo com a Informação de Serviço n.º 70/2021, de 25 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 70/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a produção de Passaportes para a dinamização do projeto “Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões””.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação do projeto “PISA para Escolas nos Municípios” – Plano de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões” (AD_10/2020), de acordo com a Informação de Serviço n.º 68/2021, de 22 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 68/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação do projeto “PISA para Escolas nos Municípios” – Plano de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões” (AD_10/2020). -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de 2ª adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de laboratório móvel das ciências (experimentais), programação e robótica” (CPub_05/2019), de acordo com a Informação de Serviço n.º 69/2021, de 22 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 69/2021, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de 2ª adenda ao contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de laboratório móvel das ciências (experimentais), programação e robótica” (CPub_05/2019).-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **décimo sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de nomeação de fiscalização e coordenação de segurança da “Empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 998/2020, de 21 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 998/2020, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, nomear como diretor de fiscalização e simultaneamente como coordenador de segurança em obra da “Empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões”, o Eng.º Pedro Cristóvão da empresa ALBI, Consultoria e Projetos Lda.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, lavrando-se

a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----